

Desigualdade de gênero no Brasil e o GGGI

José Eustáquio Diniz Alves¹

O Brasil ficou em 82º lugar no Índice Global de Desigualdade de Gênero (Global Gender Gap Index – GGGI), de 2011, do Fórum Econômico Mundial. O índice varia de 0 (total desigualdade) a um (total igualdade). Liderando o ranking, com a menor desigualdade de gênero, está a Islândia com índice de 0,8530. O Brasil ficou com índice de 0,6679.

Na frente do Brasil ficaram, por exemplo, Lesoto em 9º lugar, com índice de 0,7666; África do Sul em 14º lugar (0,7478); Burundi em 24º lugar (0,7270); Moçambique em 26º lugar (0,7251) e Uganda em 29º lugar (0,7220). Estes países citados também ficaram na frente da França que apareceu em 48º lugar, com índice de 0,7018 no GGGI 2011.

Mas será que esta posição brasileira no ranking global do GGGI reflete a real situação de gênero no país? Por exemplo, a desigualdade de gênero no Brasil (82º lugar) é realmente muito pior do que a situação do Burundi (24º lugar)?

Para qualquer pessoa minimamente informada, parece evidente que as situações de desigualdade de gênero não são piores no Brasil e na França em relação a países como Lesoto, Burundi e Uganda. O problema, na minha maneira de ver, reside na metodologia utilizada no Global Gender Gap Index (GGGI) e na forma de utilização dos dados dos diferentes países.

No relatório do Global Gender Gap Index está explicitado o seguinte: *“O Índice é projetado para medir hiatos de gênero no acesso a recursos e oportunidades em cada país ao invés de níveis reais dos recursos disponíveis e oportunidades. Fazemos isso para tornar o Global Gender Gap Index independente dos níveis de desenvolvimento dos países”* (p.3). Isto quer dizer que o índice está buscando medir a desigualdade (hiato) e não o nível de desenvolvimento ou a situação dos direitos econômicos, sociais e políticos.

O problema com esta estratégia metodológica é que um país com enorme exclusão social para os dois sexos e totalmente carente em termos econômicos, políticos e de qualidade de vida, pode aparecer com bom indicador de gênero, enquanto um país com maior inclusão social e com direitos humanos básicos atendidos para toda a população pode aparecer em posição ruim no ranking se houver diferenças relativas entre os sexos.

Vejamos o caso do Brasil e de Burundi.

De acordo com dados da Divisão de População da ONU, a esperança de vida ao nascer no Brasil, no quinquênio 2005-10 foi de 72,2 anos (75,9 anos para as mulheres e 68,7 para os homens) e a mortalidade infantil de 23,5 por mil. Os dados de Burundi, para o mesmo período, são 48,8 anos de

¹ Doutor em Demografia e Professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE.

esperança de vida ao nascer (50,1 anos para as mulheres e de 47,5 para os homens) e de 101,1 crianças de 0 a 1 ano mortas por cada mil nascidas vivas. Portanto, as condições de saúde são muito melhores no Brasil do que em Burundi, inclusive com uma sobrevivência das mulheres de cerca de 7 anos em relação aos homens brasileiros.

Porém, o Global Gender Gap Index não leva em consideração as desigualdades reversas. Ou seja, quando as mulheres apresentam melhores indicadores do que os homens o GGGI só considera a existência de uma igualdade, atribuindo índice 1, como se houvesse paridade de gênero e não vantagem pelo lado feminino. Evidentemente, esta maneira de abordar as desigualdades de gênero não é capaz de retratar a realidade das relações entre homens e mulheres e reduz o indicador dos países em que as mulheres avançaram com maior rapidez na obtenção de direitos e condições de vida.

O Brasil cai bastante nesta metodologia do GGGI, pois apesar das mulheres brasileiras terem uma esperança de vida de 25,8 anos superior às mulheres do Burundi (50% a mais) o índice relativo à saúde brasileiro é de 0,9796 contra 0,9685 do Burundi (apenas 1% a mais).

No quesito educação, os problemas são ainda maiores. Segundo dados da UNDP, a população adulta do Brasil tinha em 2010, 7,2 anos médios de estudo, contra apenas 2,7 anos de estudo em Burundi (o Brasil com 167% a mais do que o Burundi). Porém, o GGGI apresenta um índice relativo à educação de 0,9904 para o Brasil e de 0,8565 para Burundi (16% a mais para o Brasil).

Além disto, existe um outro problema neste indicador de educação. No Brasil, as mulheres estão à frente dos homens em todos os níveis de educação, inclusive no nível de doutorado. Contudo, quando se considera as mulheres mais idosas, de coortes mais velhas, o percentual de mulheres analfabetas é maior do que o percentual de homens analfabetos, o que reflete as desigualdades educacionais de gênero do passado. Contudo, houve reversão do hiato de gênero na educação brasileira nas últimas décadas no Brasil. E este hiato está aumentando em favor das mulheres. Portanto, o GGGI deveria apresentar um indicador de gênero para a educação no Brasil acima de 1 (um), ou no mínimo 1 (um) e não de 0,9904.

No quesito participação econômica e renda, os problemas não são menores. Segundo dados da UNDP, a renda per capita de Burundi em 2010 foi de meros 430 dólares (medidos em poder de paridade de compra – ppp) e de 10.847 dólares no Brasil (também em ppp). Portanto, a renda per capita brasileira é 27 vezes maior do que a da população do Burundi. Contudo, o GGGI apresenta um índice de 0,7270 para Burundi e de 0,6679 para o Brasil. Isto quer dizer que homens e mulheres estão em péssimas condições de renda no Burundi, e a desigualdade de gênero é pequena porque ambos os sexos são pobres e com baixo nível de renda e pequeno acesso aos bens e serviços necessários para uma boa qualidade de vida. Já no Brasil as mulheres possuem nível de renda e qualidade de vida muito superior aos homens e mulheres de Burundi, mas possuem maior desigualdade em relação aos homens brasileiros. Neste sentido, o Brasil fica atrás do índice de Burundi neste item, embora o padrão de renda e consumo das mulheres brasileiras seja muito superior ao das mulheres de Burundi. A maior igualdade de gênero no Burundi, neste caso, não tem qualquer correlação com obtenção de direitos das mulheres e de fortalecimento da autonomia feminina.

No quesito participação econômica, os problemas do GGGI também são enormes, pois o Burundi apresenta um índice de 0,8355 (a quarta melhor igualdade de gênero no mundo) e o Brasil apresenta um índice de 0,6490. Porém, as mulheres brasileiras entram mais tarde no mercado de trabalho porque ficam mais tempo na escola e possuem escolaridade superior à dos homens brasileiros e saem mais cedo porque aposentam em média 5 anos antes dos trabalhadores do sexo masculino. Evidentemente, existe no Brasil, como também no Burundi, uma divisão de trabalho que atribui às mulheres as tarefas da reprodução social. No Brasil, isto significa que uma parte das mulheres não consegue conciliar o trabalho no mercado com o trabalho doméstico e outra parte acumula uma dupla jornada de trabalho. Porém no Burundi, a dupla jornada de trabalho é um fenômeno mais corrente e agravado pela sobrecarga das altas taxas de fecundidade e da alta mortalidade infantil.

Além disto, a situação da previdência social é completamente diferente nos dois países. No Brasil, as mulheres são maioria dos beneficiários da previdência social, embora não sejam maioria da população economicamente ativa. Portanto, o sistema de proteção social no Brasil, mesmo com todos os defeitos, é muito melhor do que em Burundi. As mulheres brasileiras possuem mais direitos sociais e trabalhistas do que as suas contrapartes do Burundi. Mas o GGGI apresenta o Burundi com melhores indicadores de gênero, mesmo não levando em consideração a qualidade do trabalho que as mulheres desempenham. O fato do Global Gender Gap Index não levar em consideração a cobertura previdenciária é um problema metodológico sério e que distorce a análise da participação econômica entre os países.

No quesito participação política, o GGGI apresenta um índice de 0,2442 para o Burundi e de apenas 0,0526 para o Brasil. De fato, a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 9% no Brasil e de 32% no Burundi. Isto explica o baixo índice brasileiro e mostra o atraso que o Brasil possui no quesito de participação parlamentar. Porém, nas últimas eleições o Brasil elegeu uma mulher para a Presidência da República, enquanto o Burundi tem um homem no posto máximo do Executivo. Portanto, se o Brasil está em pior situação de gênero na participação no Poder Legislativo, o mesmo não acontece no Poder Executivo. Mas o GGGI não dá um peso correto para este fato importante que é a presença de uma Presidenta mulher no Executivo brasileiro e o indicador de participação política do Brasil fica em situação muito inferior ao indicador do Burundi.

Os exemplos acima mostram que, em geral, as mulheres brasileiras possuem muito mais direitos de cidadania do que as mulheres (e também os homens) do Burundi. Contudo, a falta de direitos de uma renda decente e de um nível mínimo de matrícula educacional no Burundi não foi obstáculo para que o país apresentasse indicadores de gênero de melhor nível. Portanto, quando o GGGI diz que o Burundi está bem posicionado, em 24º lugar no ranking de desigualdade de gênero, pode parecer que a situação de suas mulheres é de maior autonomia. Contudo, os dados mostram que tanto homens quanto mulheres no Burundi carecem dos direitos humanos elementares.

Já no Brasil, pode parecer que a posição 82º do ranking do GGGI signifique que as mulheres brasileiras possuem menor autonomia. Contudo, o sexo feminino no Brasil tem superado os homens na saúde, na educação e no acesso à previdência. Tem avançado no mercado de trabalho e já são maioria da população economicamente ativa com mais de 11 anos de estudo.

Mesmo que ainda falte muito para se avançar na construção de uma sociedade com maior equidade de gênero, a situação das mulheres brasileiras é muito melhor do que a situação das mulheres do Burundi, mas isto não está refletido nos indicadores do Global Gender Gap Index. Sabemos que o Global Gender Gap Index busca analisar as desigualdades de gênero independentemente dos níveis de desenvolvimento dos países.

Todavia, a Islândia (primeira colocada no GGGI, 2011) possui baixa desigualdade de gênero em uma situação social de respeito aos direitos humanos e ao processo de inclusão social para ambos os sexos, enquanto em Burundi a menor desigualdade de gênero ocorre em uma situação de total exclusão social e de ausência dos direitos humanos básicos e universais. São dois contextos completamente diferentes. Mas o Índice Global de Desigualdade de Gênero, do Fórum Econômico Mundial, apresenta com se fosse possível separar a desigualdade de gênero das condições gerais da cidadania social.

Desta forma, há de se questionar a validade deste índice de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Social, pois o que a metodologia do GGGI apresenta em seu indicador sintético é uma comparação entre alhos e bugalhos.